

ESPAÇO, TEMPO, TELETRABALHO E CIBERESPAÇO: UMA NOVA LEITURA CONCEITUAL?

Alvaro Henrique de Souza Ferreira¹

RESUMO -O presente artigo objetiva travar considerações sobre as categorias espaço e tempo e incluir nesse debate o *ciberespaço*; não para construir o novo conceito em analogia ao antigo, mas para evitar fazê-lo sem perceber. Ao fim, faz-se uma ligação desse debate a uma nova forma de trabalho: o teletrabalho.

PALAVRAS-CHAVE - Espaço; tempo; tempo-espaço; ciberespaço; teletrabalho

INTRODUÇÃO

Estudos que dizem respeito a categorias como o espaço e o tempo nunca são excessivos. Tais categorias têm importância destacada para várias ciências e são também muito caras à Geografia. Ademais, a revolução promovida pela telemática pressupõe um olhar mais cuidadoso no que se refere à concepção do tempo e do espaço.

O ESPAÇO, O TEMPO E A LINGUAGEM

Não seria enganoso afirmar que uma grande transformação se fez sentir no mundo quando da introdução e evolução da linguagem: nosso mundo mental de espaço e tempo se tornou ilimitado. O ser humano, diferentemente do animal, tem a capacidade de compreender a existência de um local que sequer viu ou sentiu; pode, também, referenciar-se a épocas anteriores ao seu nascimento ou a tempos e locais onde nunca esteve.

A linguagem permite que o ser humano além de perceber os objetos e os acontecimentos no espaço e no tempo, também os represente como conceitos, pense a respeito deles e transmita suas inquietações. Quando da reflexão sobre o tempo e o espaço, percebe-se a clara introdução dos símbolos – acessíveis apenas à mente humana – que não são apenas caracterizados por palavras ou números. Pode-se afirmar que pinturas, estátuas, edifícios, mapas, lugares santos são exemplos de espaços simbólicos e que *“ritmos, melodias, histórias, peças de teatro, rimas poéticas, dias santos e eternidade, todos significam tempos simbólicos.”* (Szamosi, 1994, p. 10). Dessa forma, sabendo que os símbolos são constructos sociais, diferentes culturas construíram distintas visões de mundo, descrevendo assim universos segundo estruturas de tempos e espaços simbólicos também diferentes.

Bahlis dos Santos (1996, p. 2) afirma que com a invenção da palavra escrita, e mais tarde da imprensa, o Homem deu um salto na capacidade de estocagem e gerência das informações que produzia através de seu diálogo com a natureza e com os outros semelhantes. A tecnologia de imprensa favorecera uma leitura linear, predeterminada pelo autor: um livro ou um artigo de revista, em princípio, se lê do início ao fim. As tecnologias tradicionais de escrita e impressão impuseram modelos narrativos seqüenciais. A partir de então, passou a ser possível transmitir idéias e informações para pessoas com as quais não se convivesse. Mas por outro lado criou um homem determinado, o animal racional e uma realidade determinada; isso que chamamos de mundo real.

Verdade que o processo evolutivo da linguagem escrita caminhou e atualmente depara-se com um novo estilo denominado hipertexto. A narrativa, linear, seqüencial e determinista, que pode ser considerada como o instrumento que permitiu ver o mundo da maneira que o vemos hoje – como algo articulado e hierarquizado – mostra-se, a partir de agora, incapaz de dialogar com o mundo do ciberespaço (Bahlis dos Santos, 1996, p.5). O Ser Humano acostumou-se a essa forma linear e seqüencial da linguagem e da narrativa; uma leitura de outra maneira: fragmentada – indo para frente e posteriormente para trás – levaria, de certo, à captura de apenas parte do sentido. De acordo com Bahlis dos Santos (1996, p. 6), a leitura fragmentária, e mesmo aleatória, é uma prática corrente não só do leitor acidental, mas sobretudo daquele que já sabe inicialmente o que busca no texto. Os avanços sucessivos da tecnologia do livro como as divisões em capítulos, os índices, as notas de rodapé e as referências bibliográficas têm como objetivo possibilitar ao leitor ir diretamente ao

¹ Professor do Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos, doutorando em Geografia Humana (USP) e Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ). E-mail: alvarosf@vetor.com.br

assunto que, a princípio, procura; são modos de leitura habituais mesmo que, ainda, rudimentares. Não raras vezes, poderia ser necessário buscar uma referência que, inicialmente, parecera importante em uma biblioteca ou uma livraria, talvez tendo que esperar dias ou meses para recebê-la. Qual não seria a surpresa em perceber que – depois de tão longa espera – o material não era o que se pensava (Bahlis dos Santos, 1996, p.4). As novas tecnologias de comunicação e informação servem precisamente para facilitar tudo isso ao leitor. A disponibilidade de textos eletrônicos foi o primeiro passo. Conforme Bahlis dos Santos (1996, p. 3),

“com o surgimento dos arquivos eletrônicos se viabilizou a criação de bancos de dados, de sistemas de busca e análise do texto por meio de software, assim como a reutilização e recomposição dos textos. Simples programas de edição com capacidade de fazer buscas passaram a nos permitir a localização dos fragmentos que nos interessavam, copiá-los, e inseri-los em uma base de dados, em um artigo, ou em uma mensagem de correio eletrônico”.

A Internet com suas novas possibilidades – e, também, com seus problemas não menos complexos – possibilita que textos se conectem uns aos outros, e inclusive é possível, a partir de um *click* em um *link*, arremeter-se para um outro local e, talvez, não mais retornar ao local inicial. Não resta dúvida que a busca da compreensão do que seja o ciberespaço é de fato necessária.

Compreender o que é ciberespaço pressupõe que se saiba o que é "espaço". Não para construir o novo conceito em analogia ao antigo – mas para evitar fazê-lo sem querer.

O ESPAÇO E O TEMPO: MÚLTIPLAS VISÕES

O estudo do espaço – tendo sido complexificado – pode perceber diversos níveis de análise; não seria absurdo pensar o espaço objetivo e o espaço subjetivo, o espaço dos sonhos e o da imaginação, o espaço mítico e o infantil, e incorporando todos eles, embora distinto, o espaço vivido.

Se não se pode negar que o espaço vivido é aquele que une aquilo que é importante para o indivíduo e que compõe a cada momento a maneira própria de cada um projetar o mundo, também é verdadeiro que o espaço e o tempo parecem ser relativos, pois o próprio conhecimento encontra-se em um espaço-tempo contínuo em que nem o espaço é mais o espaço, nem o tempo é mais o tempo.

Leibniz² citado por Harvey (1996, p. 69) credita a uma espécie de mônada o fato de representar a unidade que internaliza tudo o que existe; a mônada funcionaria como o reflexo do universo. De modo semelhante mostra-se o Aleph do conto de mesmo nome, de Borges (1998, p. 693), o qual seria *“o lugar onde estão, sem se confundirem, todos os lugares do orbe, vistos de todos os ângulos.”* O que a eternidade é para o tempo, o Aleph é para o espaço. Na eternidade, passado, presente e futuro coexistem simultaneamente. É no Aleph que a totalidade espacial do universo se encontra. O Aleph de Borges instiga a percepção da complexidade da compreensão da relação espaço-tempo quando afirma que *“toda a linguagem é um alfabeto de símbolos cujo exercício pressupõe um passado que os interlocutores compartilham; como transmitir aos outros o infinito Aleph, que minha memória mal e mal abarca?”* E, posteriormente, de forma contundente aprofunda a questão quando afirma que

“o problema central é insolúvel: a enumeração, sequer parcial, de um conjunto infinito. Nesse instante gigantesco, vi milhões de atos prazerosos ou atroz; nenhum me assombrou tanto quanto o fato de que todos ocupassem o mesmo ponto, sem superposição e sem transparência. O que viram meus olhos foi simultâneo; o que transcreverei, sucessivo, pois a linguagem o é.” (1998, p. 695)

Soja (1996, p. 56) procura, também, correlacionar o Aleph ao conceito de produção social do espaço de Lefebvre³ – mais especificamente no primeiro capítulo – e, a partir de então, busca construir uma tríade espacial que se divide em *“firstspace”*: o espaço percebido, que é materializado e socialmente produzido; *“secondspace”*: o espaço concebido, que daria conta das representações do espaço; e, finalmente, o *“thirdspace”*: o espaço vivido, que iria ao encontro da noção de espaço social de Lefebvre. Soja estaria caminhando dentro de uma lógica também dialética, em que os dois primeiros se encontrariam no terceiro. No entanto o terceiro termo não significaria uma trindade, mas uma contínua expansão da produção do conhecimento. Soja (1996, p. 56) afirma ser o *“thirdspace”* o espaço onde todos os lugares estão, assim como no Aleph.

² G.W. Leibniz's *Monadology*. Pittsburgh, Pa, 1991.

³ *The production of space*. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

Por outro lado, também o tempo tem sido objeto de diversos estudos – tendo, anteriormente, recebido mais atenção dos cientistas do que o espaço – e, grosso modo, poder-se-ia pensá-lo sobre dois tipos de posicionamento: primeiramente o tempo como um *minimum* conceitual e, assim, mensurável; e, de outra forma, estabelecer-se-ia o tempo no nível de uma vivência experimentada e, nesse caso, a experiência do tempo é elevada a seu *maximum* subjetivo. É partir dessa posição que Cunha (1998, p. 68) detecta a análise científica como feita dentro de parâmetros “*como antes, durante e depois*” – passado, presente e futuro.

No que se refere ao tempo como vivência experimentada – ou o tempo vivido – percebe-se a total ligação ao problema da cultura humana, já que a consciência do tempo é uma estrutura simbólica cultural. Sociedades diferentes produzem, qualitativamente, diferentes concepções de espaço e de tempo. Alguns povos têm uma concepção cíclica do tempo – ligados à experiência do dia-a-dia – ao passo que os povos cristãos têm uma concepção linear e irreversível. No mundo medieval o microcosmo era uma réplica do macrocosmo; espaço e tempo eram totalmente ligados à experiência do dia-a-dia.

DESTERRITORIALIZAÇÃO, RETERRITORIZAÇÃO E CIBERESPAÇO

É dentro desse universo de grandes mudanças – onde a experiência do espaço vivido sofre, também, enorme transformações – que a reestruturação produtiva apoiada na revolução informacional cria condições para a implementação do teletrabalho – atividade profissional exercida à distância, na maioria das vezes no domicílio, através do uso de um microcomputador interligado à rede mundial. A residência que havia sido relegada ao espaço e ao tempo “extra-trabalho”, então, volta a integrar as funções de produção, gestão e reprodução da força de trabalho.

Esse retorno está permeado por processos de constantes desterritorializações e reterritorializações. A criação de códigos e símbolos que caracterizam e particularizam um lugar para um indivíduo ou para um grupo é rompida juntamente com os valores que foram instituídos através de práticas socioculturais que foram responsáveis pela construção social do lugar. A reterritorialização, quando se faz, guarda novos traços e trajetórias que divergem da territorialidade anteriormente estabelecida.

A territorialização – por ter forte relação com o lugar, no sentido do espaço vivido – dá-se sem a necessidade de firmar-se através da ocupação do espaço de forma materialmente construída. A territorialidade deve ser entendida, também, como referente ao zoneamento do tempo-espaço em relação às práticas sociais rotinizadas. Segundo Maffesoli (1998, p. 193), as tribos⁴ são nômades – e de uma maneira paradoxal são simultaneamente arcaicas, no que se refere ao “*localismo, a proxenia, a religiosidade, e modernas, quando se pensa nas relações propiciadas pela multimídia e pelas teleconferências*” – elas caminham pela cidade. As tribos têm seus territórios, têm os seus rituais, têm a sua aparência, têm seus códigos. É importante observar isto, porque são agrupamentos de valor calcados na sociabilidade, muitas vezes distantes dos processos de socialização, que emergem na massa e que constituem a massa. Maffesoli (1998) enfatiza essa importância, porque se pensa na sociedade de massas como homogeneizadora, mas ela não é apenas homogeneizadora, ela é também diferenciadora. E a massa é conformada por um grande número de tribos, sendo isso que a segmentação contemporânea trabalha. A fragmentação não é só resultante da desinstitucionalização de determinadas órbitas da vida social – as políticas sociais, as práticas educacionais, as práticas familiares – pois ao mesmo tempo, a fragmentação é a forma de existência da sociedade de massas, na qual tem-se um enorme número de reagrupamentos – consumidores de determinados produtos, pessoas que se filiam para defender alguma coisa. Há uma enorme quantidade de formas de reagrupamento por identidades de valor, constituindo uma das formas de manifestação da massa ou um dos seus segmentos organizacionais.

⁴ Segundo o autor, o ambiente de tribo se desenvolve cada vez mais, já que se liga à lógica da identidade – sexual, política ou profissional – acarretando um processo de identificação com um grupo, uma emoção ou uma determinada moda.

Maffesoli (1998, p. 193) chama a atenção para o discurso genérico da globalização, que se faz acompanhar da noção de desterritorialização, de “desenraizamento” – no sentido antropológico ou seja, no sentido da perda das raízes culturais – enquanto Giddens (1991, p. 29), por sua vez, denomina “desençaixe” a forma com que os indivíduos, graças aos avanços tecnológicos da sociedade moderna, exercitam um distanciamento progressivo de suas referências de tempo e espaço. O processo de desençaixe referir-se-ia “ao deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço”. Nesse momento percebe-se uma interface entre essas três categorias, onde cada uma delas – da Geografia, da Antropologia e da Sociologia, respectivamente – busca o entendimento desse novo momento que desestabiliza a forma tradicional de análise dos fenômenos. Não seria correta ainda assim, a afirmação de que o espaço concreto cria seu oposto, o espaço virtual, como muitos autores assim propõem. Ao mesmo tempo em que se tem desterritorialização, tem-se a reterritorialização.

Quando da desterritorialização, percebe-se a perda dos vínculos com o lugar e com as relações efetivamente nele realizadas. Esta afirmação é enfatizada por Santos (1996, p. 262), quando argumenta que

“hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. Os homens mudam de lugar(...)mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as idéias. Tudo voa. Daí a idéia de desterritorialização. Desterritorialização é, freqüentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização”.

Percebe-se uma reprodução da constituição das denominadas tribos (Maffesoli, 1998) no ciberespaço e a sociabilidade experimentada carrega consigo uma particularidade nova: o anonimato. Tal característica é enfatizada por Silva (1999) ao afirmar que

“o viajante [na internet] pode caminhar por diversas infovias até encontrar o grupo ou tribo que mais se assemelha. Ao encontrar sua tribo o indivíduo fixa-se neste endereço eletrônico e passa a experienciar e compartilhar de um lugar simbólico e marcado por relações de pertencimento de caráter ideológico, afetivo, sexual ou racial. (...) Porque o ciberespaço tem atraído tanto a info-sociedade, ou seja, os grupos de pessoas conectadas em redes de comunicação via telemática? Acreditamos que as comunidades virtuais estão atreladas a uma nova efervescência social construída a partir do anonimato. No ciberespaço, as pessoas são capazes de interagir sem, no entanto, necessitar divulgar sua identidade. É possível adquirir múltiplas faces, utilizar diferentes máscaras, e revelar os seus desejos mais íntimos.”

Contudo, torna-se apropriado, agora, especificar melhor o que seria ciberespaço. É comum a todos os autores que estudam o ciberespaço afirmar que foi Gibson (1984), em seu livro de ficção científica *Neuromancer*, que utilizou pela primeira vez tal expressão. Araújo (1999, p. 6) resume habilmente o que seria o ciberespaço de Gibson:

“Este ‘espaço’ imaterial mas pleno de conteúdos e passível de ser apreendido pelos sentidos. (...) A idéia gibsoniana de ciberespaço torna sensível a geografia móvel da informação, normalmente invisível. Ela, por si, afirma enquanto real (no sentido de perceptível pelos sentidos) um espaço-tempo informacional instituído pelas práticas de uso das NTICs⁵.”

Atualmente, o termo em questão ganhou status de uso comum em nosso cotidiano. Levy (1999, p.92) caracteriza, inclusive, o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores – Internet.

Randolph (2000, p. 13) posiciona-se de maneira interessante ao afirmar que
“a perspectiva do espaço social – tal como elaborada por Lefebvre – nos leva a tratar o ciberespaço como o (um) espaço representacional inserido numa trajetória de mudanças do(s) espaço(s) social(ais), que não apresenta nenhuma ‘novidade’ – muitas vezes atribuída à sua ‘virtualidade’, que – para nós – acompanha a humanidade como ‘parte da realidade’ desde sempre.(...) Essa

⁵ Novas tecnologias de informação e comunicação.

primeira aproximação a uma conceituação do ciberespaço mostra também as limitações que se percebe no uso do termo e que restringem, pari passu, uma grande parte das reflexões e investigações a seu respeito. Pois, assumindo a posição aqui defendida, quando se estuda o ciberespaço como 'novo' espaço representacional das sociedades contemporâneas (e parece que é isto que uma boa parte dos autores e estudos fazem) incorre-se numa abstração (analítica) que apenas estaria justificada durante uma determinada fase (a da análise) da investigação."

Por isso o ciberespaço, com a virtualidade de ser suporte para práticas espaciais – e o virtual entendido como o que existe em potência e ainda não de fato, como um real latente – não deve ser separado seja do espaço das representações ou das práticas sociais. Ou seja, poder-se-ia resgatar aquelas três categorias de Soja (1996)⁶ – *firstspace*, *secondspace* e *thirdspace* – para explicar o posicionamento de Randolph (2000, p.13). Posto isso, deve-se questionar a colocação de Silva (1999) quando afirma que ao mergulhar no ambiente do ciberespaço, o usuário experimenta uma sensação “*de 'abolição do espaço' e circula em um território transnacional, desterritorializado, no qual as referências de lugar e caminhos que ele percorre para se deslocar de um ponto a outro modificam-se substancialmente*”. Quando o indivíduo viaja pela primeira vez de navio ou avião suas referências de lugar e caminhos também se modificam substancialmente. Ademais, o território trilhado pelo tal “usuário” a que o autor fez menção, não é desterritorializado *ad eternum*. O *internauta* está justamente buscando o seu lugar, visto dentro da concepção da porção do espaço apropriada para o exercício da vida vivida, através não tão somente do lugar físico propriamente, mas também através dos sentidos, da percepção, de um elo afetivo. É certo pois, que o lugar não é de forma alguma desterritorializado.

Por outro lado, Santos (2000) vem afirmar, no que se refere ao ciberespaço, que “*o espaço virtual apenas permite comunicar o resultado de um trabalho real, multidimensional, (...). Sem dúvida, ele se apoia no espaço real, genuíno, de nossa definição como geógrafo, mas ele próprio não é espaço.*”

Nesse seu breve artigo – e talvez por ser breve não tenha sido possível o aprofundamento da discussão – surgem duas questões: o vocábulo “virtual” estaria sendo considerado como antônimo de real? Será que a representação do espaço não deve ser considerada parte do espaço vivido?

No que se refere ao significado do vocábulo virtual, reafirma-se que melhor seria entendê-lo como aquilo que existe em potencial; o virtual não seria uma oposição ao real, mas ao atual.

Quanto a segunda questão, não resta dúvida de que as redes e a rede (Internet) não existem em si e por si mesmas. Desta forma, o ciberespaço transforma-se em importante demanda para o futuro da comunicação e do pensamento. O estudo do espaço virtual – que aqui estamos denominando ciberespaço – mostra-se importante, pois este se encontra na origem de uma possível nova arquitetura e urbanismo. Alguns autores, como Levy (1999), acreditam que está se construindo uma nova polis. É no ciberespaço, atualmente, onde se observa o desenvolvimento mais rápido de toda a história das técnicas de comunicação, pois a imprensa, o rádio e a televisão funcionam na forma de um centro emissor que envia mensagens na direção de receptores passivos e sobretudo isolados uns dos outros. Por outro lado, o ciberespaço combina, ao mesmo tempo, a reciprocidade na comunicação e a partilha de um contexto.

Assim, seria difícil aceitar a argumentação de Silva (1999) que afirma ser

“o ciberespaço uma dimensão da sociedade em rede, onde os fluxos definem novas formas de relações sociais. (...) A emergência de um tempo-real das redes comunicacionais colabora para uma sensação de aniquilamento do espaço pelo tempo, na forma de um espaço virtual. De um modo geral, [contudo] podemos dizer que o tempo-real também implica a organização de novas relações sociais que se expressam na formação de um espaço virtual e na reestruturação do espaço concreto preexistente, provocando intenso processo de inclusão e exclusão de lugares e pessoas na rede.”

⁶ “*firstspace*”: o espaço percebido, que é materializado e socialmente produzido; “*secondspace*”: o espaço concebido, que daria conta das representações do espaço; e, finalmente, o “*thirdspace*”: o espaço vivido, que iria ao encontro da noção de espaço social de Lefebvre.

É importante esclarecer que a tal sensação de aniquilamento do espaço pelo tempo, na forma de um espaço virtual é algo, em princípio, questionável, posto que é a própria representação de um espaço anteriormente percebido ou concebido. Outros tantos autores “defendem” o espaço com a argumentação de que os computadores têm que estar ligados e localizados em algum local concreto; ou que os cabos telefônicos ocupam um espaço físico. Tal argumento é empobrecedor, pois a Geografia é muito maior do que isso.

O que se mostra claro é a necessidade de um olhar mais cuidadoso e menos cheio de encantamento para com esse novo momento. O fenômeno em si reflete muito mais que unicamente ele próprio, contudo há, ainda, uma tendência à separação para facilitar a análise. Esse mecanismo que funcionou até então, mostra-se ineficaz para a apreensão do momento atual.

Em seu artigo, Santos (2000) nos alerta para problemas importantes no que diz respeito à compreensão do espaço, contudo – ainda sobre a segunda questão – parece relevante apontar mais algumas considerações: talvez não seja o caso, como afirma Levy (1998, p.103) da necessidade de uma desconstrução da noção moderna de espaço, mas de uma apropriação de Lefebvre (1994, p. 11) para pensar o espaço em suas três concepções:

- a) o espaço físico – percebido – que estaria representado em suas construções, atividades, tipos de distribuição em sua concretude;
- b) o espaço mental – concebido – que seria idealizado através de representações mentais. Não resta dúvida que mesmo o espaço concebido está amarrado às relações de produção e é socialmente produzido;
- c) o espaço social – vivido – que englobaria dialeticamente os outros dois e que seria o espaço de todas as simultaneidades, oportunidades e lutas.

Essa apropriação permitiria um aprofundamento do conhecimento espacial com todas as suas possibilidades. O que se observa é algo como um movimento circular, onde o ciberespaço se nutre do espaço percebido para sua concepção e diariamente o indivíduo vem absorvendo essas transformações sócio-espaciais, que automaticamente contribuirão para a transformação do espaço percebido através de mudanças no espaço concebido. Assim, não há como não caminhar junto com Randolph (2000, p.13) quando da sua afirmação de que a “*virtualidade*’ acompanha a humanidade como ‘*parte da realidade*’ desde sempre”. Por isso o ciberespaço, com a virtualidade de ser suporte para práticas espaciais não deve ser separado seja do espaço das representações ou das práticas sociais.

As relações de trabalho, ensino e comunicação estão se metamorfoseando a olhos vistos e a Geografia pode contribuir com esse debate.

A COMPRESSÃO DO TEMPO-ESPAÇO E O TELETRABALHO

As novas relações de trabalho estão imbricadas em novos processos e relações que não operam no espaço e no tempo, mas que constroem e reconstróem ativamente o espaço e o tempo e nisso definem escalas distintas para o seu desenvolvimento. A produção das relações espaciais é a produção das relações sociais e a mudança de uma significa a alteração da outra. As práticas socioculturais não se fazem apenas no ou através do espaço e do tempo, de fato, elas constituem a relação espaço-tempo, que está carregada da idéia de permanente mudança.

Dessa forma, em nossa modernidade radicalizada, se percebe que o tempo da sociedade, de forma geral, é mais lento do que o tempo da sociedade informacional; o que acaba por provocar aquela sensação meio inexplicável de mal-estar.

Por isso, não há como buscar a compreensão das novas formas de trabalho senão através de um mergulho no estudo das relações do espaço e do tempo, mais precisamente do espaço e do tempo enquanto sinergia, no intuito de encontrar respostas dentro do processo que Harvey (1994, p. 219) denomina “*compressão do tempo-espaço*”.

Essa compressão do tempo-espaço reflete-se, também, nos novos sistemas de interação social e para avançar, torna-se necessário breves considerações quanto a questão das escalas de análise.

Castro (1995, p. 130) acredita que tanto a relação como a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno estejam incluídos na noção de escala e que

“os experimentos científicos, obrigados a lidar com objetos, fenômenos e efeitos em escalas cada vez mais micro e cada vez mais macro, conduzem a reflexões sobre as possibilidades e limites de leis que regem fenômenos observados numa mesma escala

para fenômenos em outra escala. Esta constatação aponta para uma consequência mais ampla, que é a dificuldade hoje de se aceitar uma lei geral e imutável explicativa do universo.”

Morin (1998, p. 179) reafirma tal importância ao salientar que a idéia de localidade está

“necessariamente introduzida na física einsteiniana pelo fato de que as medidas só podem ser feitas num certo lugar e são relativas à própria situação em que são feitas. (...) Portanto não podemos trocar o singular e o local pelo universal: ao contrário, devemos uni-los.”

O autor, nesse sentido, afirma que não só a parte está no todo, mas também o todo está na parte. Significa reconhecer que a complexidade da análise induz não a um reducionismo, que almeja compreender o todo a partir das partes; ou a um mero holismo que negligencia as partes para a compreensão do todo. Por isso, Morin (1998, p. 182) acredita ser necessário a substituição de um tipo de explicação linear por um tipo de explicação em movimento – circular – em que se caminha das partes para o todo, do todo para as partes, para assim buscar a compreensão do fenômeno.

Morin estaria caminhando no sentido de introduzir dentro da problemática dessa complexidade a “*dialógica*”, que refletiria mais de uma lógica – princípios que estariam unidos sem que uma dualidade se perdesse na unidade. Maffesoli (1998, p. 21) segue os mesmos passos ao decretar a saída da “*lógica binária de separação*” que prevaleceu em todos os domínios e que não pode mais ser aplicada de maneira estrita:

“alma e corpo, espírito e matéria, o imaginário e a economia, a ideologia e a produção – a lista poderia ser muito longa – não se opõem de maneira radical. Na verdade, essas entidades, e as minúsculas situações concretas que elas representam; se conjugam para produzir uma vida cotidiana que, cada vez mais, escapa a taxinomia simplificadora à qual havíamos sido habituados por um certo positivismo reducionista. Sua sinergia produz esta sociedade complexa que, por sua vez, merece uma análise complexa.”

Harvey (1996, p. 25) exercita reflexão semelhante calcada na dialética e acredita, também, que as escalas de análise têm papel determinante no resultado conseguido. Contudo, a busca de uma resposta a partir desse tipo de proposta mostra-se, também, carregada de grande complexidade.

A manutenção de valores comuns e das práticas culturais que se perpetuam no cotidiano dependem das relações interpessoais que ocorrem nos lugares e demandam decisões que em muito diferem de decisões de caráter em uma escala mais macro. Nesse momento mostra-se clara a relação da “*dialógica*” de Morin (1998, p. 182) com a proposta de Harvey (1996, p. 32), que acredita ser extremamente relevante o contexto de lugar e a ação, os quais não poderiam ser avaliados a não ser a partir de um caminho dialético particular de análise do lugar a partir do espaço e de volta ao lugar de novo – o movimento circular de análise a que Morin se referira. Santos (1996, p. 272) vem confirmar esta afirmação ao enunciar que

“a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade. (...) Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.”

Mesmo a partir disso, sempre se perceberá uma forte tensão entre a resistência e a complexidade dos processos sociais em questão. Talvez seja por isso que Harvey (1996, p. 38) acredita que as tensões nunca são resolvidas e não se deve esperar que sejam, pois deixando uma lacuna aberta, se permite o pensamento criativo para as mudanças sociais.

Segundo Harvey (1996, p. 33), os diversos obstáculos colocados podem, mais facilmente, ser entendidos através de abstrações capazes de confrontar processos não acessíveis diretamente a partir das experiências locais⁷. Contudo, esse movimento de saída da organização social de um determinado grupo, ligado à noção de

⁷ *“Such obstacles could only be understood through abstractions capable of confronting processes not accessible to direct local experien*

lugar, em busca de um nível de concepção mais abstrata, capaz de se estender através do espaço, também levaria à perda de contextos específicos que seriam importantes na análise do fenômeno em questão. A partir de então, melhor seria afirmar que não se poderia pensar em uma análise mais coerente sem levar em conta o lugar e o espaço, o local e o global, concomitantemente.

PARA ONDE IR

Ao que se percebe, uma grande transformação se fez sentir, também, no mundo do trabalho. A flexibilidade da produção e do trabalho, juntamente com a revolução do meio técnico-informacional, pôs por terra posições e conquistas até então inquestionáveis.

De uma época em que grande parte dos Estados do mundo ocidental – para atender às fortes pressões dos trabalhadores fortemente organizados e, também, no intuito de se posicionar frente ao mundo socialista – investe fortemente em políticas de educação, saúde e habitação e na criação de seguros contra desemprego e para a aposentadoria – via Estado do Bem-Estar Social – passa-se para um momento de degradação das conquistas sociais e trabalhistas por força de um forte desemprego estrutural e de reformas legais que enfraquecem de forma crescente os sindicatos e acabam por desmobilizar os trabalhadores; os teletrabalhadores se encontram emaranhados nessa trama.

As transformações na natureza do trabalho refletiram-se no espaço. O teletrabalhador livrou-se do relógio de ponto, mas passa a conviver, cada vez mais, com metas de produção e vive em um ambiente extremamente competitivo, cujo ritmo de trabalho é cada vez mais intenso.

À anterior forma de pressionar os trabalhadores e os salários – a formação de um exército de reserva – soma-se o emprego de novas tecnologias e de novas formas de organização do trabalho, acarretando a criação de um espírito de competição entre os trabalhadores, contribuindo para a desmobilização do poder organizado da classe trabalhadora, ao menos frente as formas anteriormente conhecidas. Contudo, Lipietz, segundo Tavares (1994, p. 7), acredita haver um caminho aberto para a luta dos trabalhadores, que ao *“apropriarem-se dos novos conhecimentos, socializando e coletivizando o saber prático adquirido”* estariam se libertando do taylorismo. Harvey (1994, p. 175) elucida também uma saída ao afirmar que a flexibilidade *“cria para a classe trabalhadora oportunidades – bem como perigos e dificuldades –, precisamente porque educação, flexibilidade e mobilidade geográfica, uma vez adquiridas, ficam mais difíceis de ser controladas pelos capitalistas”*.

Harvey e Lipietz estariam caminhando no sentido da *praxis*, de outra forma, Sousa Santos (1997, p. 323) acredita na utopia como solução, ao a considerar como a exploração de novas possibilidades e vontades humanas em oposição ao que existe. Sousa Santos (1997, p. 324) acredita que a crise por que passam as relações de trabalho e a “morte” do futuro planejado devem-se à morte da utopia, visto que *“a perda da inquietação e a busca de uma vida melhor contribui para emergência da subjetividade conformista que considera melhor, ou pelo menos inevitável, tudo o que for ocorrendo só porque ocorre e por pior que seja.”* O autor acredita que embora algumas idéias utópicas se realizem, não é da natureza da utopia ser realizada. O que de fato importa é o desejo da busca de algo melhor que se encontra além de realidade então vivida. Esse é o motivo pelo qual Sousa Santos (1997, p. 324) enaltece que o mais importante da utopia *“é o que nela não é utópico”*, ou seja, o que a partir de um anseio e de uma mobilização pode se realizar.

A grande dificuldade, geradora de incertezas, encontra-se no fato de estarem os teletrabalhadores passando por um momento de “encantamento” com a enunciada possibilidade de gerir seu tempo e administrar todo o seu trabalho sozinhos. Dessa forma, alguns desses trabalhadores mostram-se conformados e sequer chegaram ao ponto de questionar a maneira como se dá o processo de implementação do teletrabalho e de avaliar o que há de positivo e de negativo; que dirá avaliar que novas possibilidades esse processo de trabalho – liberto do taylorismo – pode trazer.

Tais processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo nos forçam à procura da compreensão dessa nova representação do mundo. Em um momento em que trabalhadores localizados em diferentes localidades encontram-se em um mesmo escritório virtual, podendo conversar e mesmo se tocar, não resta dúvida da necessidade de aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão dos nossos mundos espacial e temporal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Espaço-temporalidades digitais: para uma prática epistemológica do território*. Working paper do trabalho apresentado no Congresso da LASA (Latin American Studies Association), Miami, 2000.
- BAHLIS DOS SANTOS, Nilton. *A narrativa enquanto rede: a “decentração” da narrativa no hipertexto*. Working paper do Workshop sobre Redes do IPPUR-UFRJ, 1996.
- BORGES, Jorge Luis. *O Aleph*. In Obras Completas. Rio de Janeiro: Globo, 1998.
- CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: Castro, Iná Elias de, Gomes, Paulo Cesar da Costa, Corrêa, Roberto Lobato (orgs.), *Geografia: conceitos e temas*, p. 117-140. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p.
- CUNHA, Maria Helena Lisboa. *Espaço real, espaço imaginário*. Rio de Janeiro: Uapê, 1998. 212p
- FERREIRA, Alvaro Henrique de Souza. *Telework, a new form of labor and urban (de)integration?* Working paper do trabalho apresentado no Congresso da LASA (Latin American Studies Association), Miami, 2000.
- _____. *Novas tecnologias de informação e comunicação e o teletrabalho: um caso de enclausuramento sócio-espacial?*, 2000. [<http://www.tamandare.g12.br/teletrabalho.htm>] em 13/04/2000.
- _____. *As novas tecnologias de informação e o enclausuramento nas relações sócio-espaciais: o teletrabalho no Rio de Janeiro*. 1999. 110 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- _____. O teletrabalho e o enclausuramento nas relações sócio-espaciais: três vias de análise. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 33-43, jul./dez., 1998.
- _____. Globalização, reestruturação, “terceirização”: algo em comum? *Anais do 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, Salvador, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991. 177p.
- HARVEY, David. *Justice, Nature & Geography of Difference*. Oxford, UK: Blackwell, 1996. 468p.
- _____. *Condição Pós-Moderna*. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1994. 349p.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford, UK: Blackwell, 1994. 454p.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- _____. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1998. 212p.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do indivíduo nas sociedades de massa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1998. 232p.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*, 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 344p.
- RANDOLPH, Rainer. *Em busca do Ciberespaço do Rio de Janeiro: a geração do espaço representacional “rio AND janeiro” pelas redes telemáticas de computadores mundiais*. Working paper do trabalho apresentado no Congresso da LASA (Latin American Studies Association), Miami, 2000.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308p.
- _____. *Há mesmo um espaço virtual?*, 2000. [<http://hypertexto.com.br>], em 19/06/2000.
- SILVA, Carlos Alberto F. da, TANCMAN, Michéle. *A dimensão sócio-espacial do ciberespaço: uma nota.*, 1999. [<http://www.tamandare.g12/indexciber.htm>] em 16/02/2000.
- SOJA, Edward W. *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other real-and-imagined places*. Oxford, UK: Blackwell, 1996. 334p.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997. 348p.
- SZAMOSI, Géza. *Tempo & Espaço: as dimensões gêmeas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. 277p
- TAVARES, Hermes Magalhães. *Produção flexível: seus reflexos sobre o trabalho e o território*. *Travessia*, Rio de Janeiro, janeiro-abril, 1994.